

SUSANA SOUSA MACHADO

A LIBERDADE  
RELIGIOSA NA  
RELAÇÃO  
LABORAL



GESTLEGAL

# ÍNDICE

Nota prévia .....	9
Resumo.....	11
<i>Abstract</i> .....	13
Modo de citar.....	15
Abreviaturas e siglas .....	17

## INTRODUÇÃO

I. Motivação.....	19
II. Objeto de estudo.....	25
III. Metodologia .....	32
IV. Ordem.....	35

## CAPÍTULO PRIMEIRO A LIBERDADE RELIGIOSA NUM CONTEXTO LABORAL PLURAL

I. Considerações gerais .....	37
II. O direito à liberdade religiosa.....	43
1. Enquadramento .....	43
1.1. A liberdade religiosa enquanto direito fundamental.....	43
1.2. A liberdade religiosa enquanto direito humano .....	52
2. A dificuldade de definir o conceito de religião .....	61
3. Liberdade religiosa, dignidade da pessoa humana e livre desenvolvimento da personalidade .....	67
4. A tutela antidiscriminatória e a liberdade religiosa .....	72
4.1. A proteção da igualdade em matéria religiosa no Direito Constitucional .....	72
4.2. A proteção da igualdade em matéria religiosa no Direito Internacional .....	77
4.3. A proteção da igualdade em matéria religiosa no Direito da União Europeia.....	81

5. Dimensões associadas ao direito à liberdade religiosa .....	87
5.1. A dimensão positiva e negativa .....	88
5.2. A dimensão individual e coletiva .....	89
5.3. A dimensão objetiva e subjetiva .....	95
<b>III. Pluralismo religioso e relação laboral .....</b>	<b>98</b>
1. Religião e trabalho .....	98
2. Os interesses de gestão do empregador .....	100
3. Os pressupostos distintivos da relação laboral.....	104
4. Justificação da tutela jurídica da manifestação das convicções religiosas no contexto laboral .....	114
<b>IV. Metodica de ponderação proporcional de bens em colisão .....</b>	<b>125</b>
1. Colisão de direitos e bens jurídicos.....	125
2. Concordância prática ou harmonização .....	128
3. Ponderação proporcional de bens.....	131
3.1. A acomodação razoável.....	131
3.1.1. Perspetiva geral.....	131
3.1.2. A origem do dever de acomodação.....	134
3.1.3. Aplicação da figura da acomodação no direito português e espanhol	144
3.2. Critérios de ponderação.....	161
3.3. Proporcionalidade e encargo excessivo .....	165
3.4. Ponderação e demonstração dos custos .....	168
3.5. Boa-fé e alteração superveniente das convicções religiosas .....	171

## CAPÍTULO SEGUNDO O TEMPO DE TRABALHO

I. Considerações gerais .....	179
II. O tempo, o descanso e as festividades na dinâmica das religiões.....	183
1. O tempo como fenómeno religioso.....	184
1.1. O descanso dominical para o cristianismo.....	187
1.2. O descanso sabático e principais festividades para o judaísmo .....	191
1.3. O tempo de oração e principais festividades para o islamismo.....	196
1.4. O descanso sabático para os adventistas .....	201
2. O tempo como condição para o exercício da liberdade de culto .....	204
3. O dia de descanso e as festividades religiosas como bem jurídico.....	210

III. O dia de descanso em confronto com o tempo de trabalho.....	217
1. O quadro normativo geral em matéria de descanso semanal e a centralidade do domingo.....	217
2. A derogabilidade do regime-regra do descanso dominical e o Sabbath...	232
3. A posição do Tribunal Constitucional português quanto ao dia de descanso	252
IV. As festividades religiosas em confronto com o tempo de trabalho.....	280
1. O caso Prais na génese da tutela jurisprudencial da liberdade religiosa....	280
2. Quadro normativo geral em matéria de festividades religiosas.....	284
3. O paradigma do reconhecimento das festividades religiosas no direito espanhol e italiano: os “Acuerdos de Cooperación del Estado” e as “Intese” .....	300
4. O papel da negociação coletiva .....	309
V. Interrupções do tempo de trabalho para orar .....	321
VI. Os limites do direito a observar o descanso e a comemorar as festividades religiosas .....	328

### CAPÍTULO TERCEIRO RELIGIÃO E ALIMENTAÇÃO NO CONTEXTO LABORAL

I. Considerações gerais .....	335
II. Prescrições religiosas quanto à ingestão de alimentos .....	337
III. Exigências alimentares enquanto dimensão da liberdade religiosa .....	344
IV. Produtos alimentares e religião .....	354
1. Fornecimento e preparação das refeições .....	354
2. Observância de períodos de jejum.....	359
3. Manipulação e contacto com produtos alimentares.....	364
V. O alcance das exigências alimentares por motivos religiosos .....	367

### CAPÍTULO QUARTO OS SÍMBOLOS RELIGIOSOS E A IMAGEM

I. Considerações gerais .....	375
II. Símbolos religiosos e manifestação das crenças religiosas .....	382
1. Conceito de símbolo religioso .....	385
2. Tipologia de símbolos religiosos .....	388
2.1. Símbolos religiosos ativos e passivos .....	388
2.2. Símbolos religiosos estáticos e dinâmicos .....	389
2.3. Símbolos religiosos fortes e fracos.....	390
2.4. Símbolos religiosos pessoais e institucionais .....	391

<b>III. Símbolos religiosos individuais</b> .....	392
1. Objetos de uso pessoal com significado religioso .....	394
2. O véu islâmico na relação laboral.....	397
2.1. O véu ( <i>Kopftuch</i> ) na jurisprudência alemã.....	410
2.2. O véu ( <i>foulard</i> ) na jurisprudência francesa.....	422
2.3. O véu ( <i>velo</i> ) na jurisprudência espanhola.....	445
3. O turbante <i>sikh</i> .....	452
4. O <i>kipá</i> judeu.....	459
5. O crucifixo cristão.....	462
6. Extensão do conceito de símbolo religioso .....	471
<b>IV. A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem quanto aos símbolos religiosos</b> .....	476
1. Proibição de uso de símbolos religiosos .....	478
2. Reconhecimento do pluralismo religioso .....	486
3. Dicotomia entre uma visão laicista e uma visão pluralista.....	490
<b>V. Limites à liberdade de manifestação religiosa através do uso de símbolos religiosos</b> .....	501
1. Questões prévias.....	503
2. Imposição de restrições ao uso de símbolos religiosos.....	505
2.1. A necessidade de encontrar um justo equilíbrio .....	506
2.2. A finalidade legítima .....	511
2.3. O interesse relevante do empregador.....	512
2.4. As exigências específicas inerentes à natureza da atividade profissional	515
2.5. A ponderação proporcional .....	519
3. Possibilidades de justificação.....	524
3.1. As exigências de saúde, segurança e higiene.....	526
3.2. A imagem da empresa.....	534
3.3. O relacionamento com os clientes .....	542
4. Proposta de critérios de ponderação equilibrada de bens.....	552
<b>CAPÍTULO QUINTO</b>	
<b>PROSELITISMO RELIGIOSO NAS RELAÇÕES LABORAIS</b>	
I. Considerações gerais .....	557
II. Conceito de proselitismo religioso.....	559
1. Divergências quanto ao conceito de proselitismo religioso .....	560

2. Conceito a adotar de proselitismo religioso .....	564
3. Relevância da distinção entre proselitismo próprio e proselitismo impróprio .....	568
3.1. A liberdade de proselitismo na jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.....	569
3.2. Exercício legítimo do proselitismo <i>versus</i> exercício ilegítimo do proselitismo .....	578
<b>III. Proselitismo religioso e relação laboral.....</b>	<b>583</b>
1. O proselitismo religioso na fase pré-contratual.....	589
2. O proselitismo na fase de formação do contrato de trabalho .....	590
3. O proselitismo religioso na fase de execução do contrato de trabalho .....	592
3.1. O proselitismo religioso praticado pelo empregador .....	593
3.2. O proselitismo religioso praticado pelo trabalhador .....	598
<b>IV. Proselitismo religioso e intimidade da vida familiar no contexto do contrato de serviço doméstico .....</b>	<b>605</b>
1. As especificidades da relação de trabalho de serviço doméstico.....	606
2. Conduta proselitista do trabalhador e o direito de os pais educarem os filhos segundo as próprias crenças religiosas.....	608
3. Liberdade religiosa do empregador perante a liberdade religiosa do trabalhador .....	609
<b>Conclusões.....</b>	<b>613</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>623</b>
<b>Índice.....</b>	<b>657</b>



**GESTLEGAL**

[www.gestlegal.pt](http://www.gestlegal.pt) • [editora@gestlegal.pt](mailto:editora@gestlegal.pt)